

1. Caracterização da Unidade Curricular

1.1. Designação da Unidade Curricular

1.1.1. Designação

Auditoria Financeira

Curso(s):

Mestrado em Auditoria

1.1.2. *Designation*

Financial Audit

Course(s):

Master in Auditing

1.2. Sigla da área científica em que se insere

1.2.1. Sigla da área científica

CA

1.2.2. *Scientific area's acronym*

CA

1.3. Duração da Unidade Curricular

1.3.1. Duração

Semestral

1.3.2. *Duration*

Semestral

1.4. Total de horas de trabalho

1.4.1. Horas de trabalho

Horas de Trabalho: 0216:00

1.4.2. *Working hours*

Working hours: 0216:00

1.5. Total de horas de contacto

1.5.1. Horas de contacto

(T) Teóricas:	0000:00	(TC) Trabalho de Campo:	0000:00
(TP) Teórico-Práticas:	0045:00	(OT) Orientação Tutorial:	0015:00
(P) Práticas:	0000:00	(E) Estágio:	0000:00
(PL) Práticas Laboratoriais:	0000:00	(O) Outras:	0015:00
(S) Seminário:	0000:00		
Horas Contacto:	0075:00		

1.5.2. Contact hours

(T) Theoretical:	0000:00	(TC) Field Work:	0000:00
(TP) Theoretical-practical:	0045:00	(OT) Tutorial Guidance:	0015:00
(P) Practical:	0000:00	(E) Internship:	0000:00
(PL) Laboratory practices:	0000:00	(O) Other:	0015:00
(S) Seminar:	0000:00		
Contact Hours:	0075:00		

1.6. ECTS

8

1.7. Observações

1.7.1. Observações

Unidade Curricular obrigatória

1.7.2. Comments

Required curricular unit

2. Docente responsável e respetiva carga letiva na Unidade Curricular

2.1. Docente responsável e carga letiva (preencher o nome completo)

MARIA ALBERTINA ALMEIDA BARREIRO RODRIGUES

TPMAN11 (3 horas semanais; 45 horas semestrais)

2.2. Responsible academic staff member and lecturing load (fill in the full name)

MARIA ALBERTINA ALMEIDA BARREIRO RODRIGUES

TPMAN11 (3 week hours; 45 semester hours)

3. Outros docentes e respetivas cargas letivas na Unidade Curricular

3.1. Outros docentes e respetivas carga letivas

3.2. *Other academic staff and lecturing load*

4. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

4.1. Objetivos de aprendizagem

OA 1. Conhecer os aspetos teórico-práticos mais relevantes constantes das normas internacionais de auditoria (do IAASB), da legislação portuguesa e dos normativos emitidos pelos organismos profissionais e de supervisão.

OA 2. Apreender as exigências éticas associadas ao desenvolvimento da atividade profissional.

OA 3. Compreender o objeto e objetivo da auditoria financeira.

OA 4. Conhecer as diferentes fases da auditoria e dos procedimentos a desenvolver em cada fase.

OA 5. Saber efetuar o levantamento e avaliação do sistema de controlo interno, avaliar os riscos existentes, definir os níveis de materialidade.

OA 6. Saber elaborar o plano global da auditoria, dominar as técnicas geralmente adotadas como forma de obter prova de auditoria, extrair conclusões apropriadas e avaliar o possível impacto no relatório do auditor.

OA 7. Obter uma formação sólida que permita a integração ou a melhoria de competências na atividade de auditoria.

4.2. *Learning outcomes of the curricular unit*

LO 1. Understand the most relevant theoretical-practical aspects of international auditing standards (from the IAASB), of Portuguese legislation and the standards issued by professional and supervisory organisations.

LO 2. Knowledge of the ethical and deontological requirements to the development of professional activity.

LO 3. Understand the aim and objective of financial auditing,

LO 4. Knowledge of the different auditing phases and the procedures developed in each phase.

LO 5. Be able to monitor and evaluate the internal control system, assess existing risks, and define levels of materiality.

LO 5. Knowledge of the develop the overall auditing plan, have a thorough understanding of the techniques that are usually adopted as a means of obtaining audit evidence, draw appropriate conclusions and assess the potential impact in the auditor's report.

LO 6. Obtain the integration or improve skills in the auditing field.

5. Conteúdos programáticos

5.1. Conteúdos

1 CONCEITO E INTERESSE PÚBLICO DA AUDITORIA

- 1.1 Conceito e objetivo da auditoria
- 1.2 Teorias relacionadas com a necessidade de auditoria
- 1.3 Contributos para a formação de uma teoria da auditoria
- 1.4 As diferenças de expectativa
- 1.5 Tipos de auditoria

2 O TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS E A GOVERNAÇÃO DAS SOCIEDADES

- 2.1 O tecido empresarial.
- 2.2 Entidades de interesse público.
- 2.3 Administração e fiscalização das sociedades
- 2.4 A auditoria de demonstrações financeiras consolidadas.

3 EVOLUÇÃO DA AUDITORIA E PRINCIPAIS NORMATIVOS

- 3.1 Evolução histórica da auditoria e acontecimentos marcantes
- 3.2 Diretivas e Regulamentos comunitários
- 3.3 O Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
- 3.4 Supervisão pública da profissão
- 3.5 Normativos técnicos

4 A PROFISSÃO E AS RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

- 4.1 Qualificação profissional
- 4.2 Âmbito de atuação
- 4.3 Direitos e deveres
- 4.4 Incompatibilidades e impedimentos
- 4.5 Responsabilidades dos auditores

5 ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL. A QUESTÃO DA INDEPENDÊNCIA

- 5.1 Princípios fundamentais
- 5.2 O Códigos de Ética da OROC e da IFAC
- 5.3 A questão da independência: ameaças e salvaguardas

6 O OBJETO DA AUDITORIA: OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 6.1 Aspetos gerais sobre a prestação de contas
- 6.2 Relatórios do órgão de gestão e demonstrações financeiras
- 6.3 Asserções subjacentes

7 O PROCESSO DE AUDITORIA E NORMAS RELACIONADAS COM PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES GERAIS.

- 7.1 O processo de auditoria
- 7.2 Objetivos gerais do auditor independente.
- 7.3 Termos do compromisso de auditoria
- 7.4 Consideração de leis e regulamentos numa auditoria de demonstrações financeiras
- 7.5 Responsabilidades do auditor relativas a fraude

8 PLANEAMENTO DE AUDITORIA E AVALIAÇÃO DO RISCO

- 8.1 Conhecimento da entidade e dos sistemas de informação e de controlo interno
- 8.2 Avaliação dos riscos e definição dos níveis de materialidade.
- 8.3 O eventual recurso a peritos e a outros auditores
- 8.4 Plano global e programa de auditoria

9 A PROVA DE AUDITORIA: ASPETOS GERAIS E PARTICULARES

- 9.1 Prova de auditoria: aspetos gerais
- 9.2 Procedimentos de auditoria como resposta aos riscos. Relação com asserções
- 9.3 Procedimentos para a obtenção da prova
- 9.4 Procedimentos analíticos
- 9.5 Primeiras auditorias
- 9.6 Auditoria das estimativas contabilísticas
- 9.7 Auditoria das mensurações pelo justo valor e das respetivas divulgações
- 9.8 Partes relacionadas
- 9.9 A problemática da continuidade da empresa
- 9.10 A auditoria no caso de serviços externalizados

10 AUDITORIA ÀS DIFERENTES ÁREAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**11 A CONCLUSÃO DA AUDITORIA****12 RELATO DE AUDITORIA E OUTROS RELATÓRIOS****5.2. Syllabus**

1 CONCEPT & AUDIT PUBLIC INTEREST

- 1.1 Concept & audit objective.
- 1.2 Theories related with the need for audit.
- 1.3 Contributions for an audit theory.
- 1.4 The expectation gap.
- 1.5 Audit types.

2 THE PORTUGUESE COMPANIES & THE CORPORATE GOVERNANCE.

- 2.1 Characterization of the Portuguese companies.
- 2.2 Public interest entities.
- 2.3 The corporate governance
- 2.4 The audit of consolidated financial statements.

3 AUDIT EVOLUTION & MAIN NORMATIVE

- 3.1 Historic evolution of the audit and significant events.
- 3.2 European Directives and Regulations.
- 3.3 The Portuguese Statutory Auditors Regulation.
- 3.4 Public supervision of the profession in Portugal.
- 3.5 Audit technical regulations.

4 THE PROFESSION & THE AUDITOR RESPONSABILITIES

- 4.1 Professional qualification
- 4.2 Scope of action.
- 4.3 Rights and duties

4.4 Incompatibilities and impediments

4.5 Auditors' responsibilities

5 ETHICS & PROFESSIONAL DEONTOLOGY. THE INDEPENDENCE ISSUE

5.1 Fundamental principles

5.2 The Ethics Codes of the Portuguese Institute of Statutory Auditors and IFAC

5.3 The Independence issue: threats and safeguards

6 THE AUDIT SUBJECT: THE ACCOUNTABILITY DOCUMENTATION

6.1 General Aspects about the accountability

6.2 Management reports and financial statements

6.3 Underlying Assertions

7 THE AUDIT PROCESS & REGULATIONS RELATED WITH PRINCIPLES AND GENERAL RESPONSABILITIES

7.1 The audit process.

7.2 General objectives of the independent auditor.

7.3 Audit commitment terms.

7.4 Consideration of laws and regulations in a financial statement audit.

7.5 Assessing the risk of fraud.

8 AUDIT PLANNING & RISK ASSESSMENT

8.1 Knowledge of the entity and of the internal control and information systems.

8.2 Risk assessment and definition of materiality levels.

8.3 Possible recourse to experts and other auditors.

8.4 Global plan and audit program.

9 THE AUDIT TEST: GENERAL AND PARTICULAR ASPECTS

9.1 Audit evidence: general aspects.

9.2 Audit procedures as an answer to the assessed risks. Relation with assertions.

9.3 Procedures for obtaining evidence.

9.4 Analytical procedures.

9.5 First audits.

9.6 Accounting estimates audit.

9.7 Measurements of fair value and related disclosures audit.

9.8 Related parties.

9.9 The company going concern issue.

9.10 Audit in cases where the company appeal to provision of services offices.

10 AUDIT TO THE DIFFERENT AREAS OF FINANCIAL STATEMENTS

11 THE AUDIT CONCLUSION

12 AUDIT REPORT AND OTHER REPORTS

6.2. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives

Overall, the CU aims to prepare future auditing professionals or improve the skills of those already working in the sector. This requires a good knowledge of auditing standards, regulation of the profession and procedures and techniques that are generally required in order to obtain audit evidence. As such, the syllabus focuses, mainly, on the regulatory environment of the profession, ethical principles, and international auditing standards, while being considered the most practical component auditing. Furthermore, by balancing the strictly theoretical aspects with the procedures used in a real working context, the course content is perfectly suitable in terms of meeting the CU objectives.

LO 1. will be worked on in points 1, 2, 3 and 4 of the syllabus.

LO 2. » point 5.

LO 3. » point 6.

LO 4. » point 7.

LO 5. » point 8.

LO 6. » points 9, 10, 11 and 12.

LO 7. will be developed transversally throughout the semester.

7. Metodologias de ensino (avaliação incluída)

7.1. Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Os OA exigem um ensino teórico-prático, existindo conteúdos programáticos de abordagem eminentemente teórica e outros em que deve existir uma combinação adequada dos aspetos teóricos com aplicações de natureza prática.

Os alunos são motivados a participar na discussão de questões associadas ao relato financeiro e ao impacto das mesmas no trabalho dos auditores.

Além de fomentar o espírito de equipa, a elaboração e apresentação de trabalhos em grupo contribui para melhorar o desempenho ao nível da comunicação em público e reforçar a capacidade de argumentação.

Avaliação contínua (Momentos de Avaliação e Ponderações):

1. Primeiro teste (8ª semana): 20%
2. Trabalho de grupo com apresentação: 30%
3. Segundo teste: 50%, nota mínima de 7 valores

Avaliação por Exame Final

A avaliação por exame final será efetuada mediante a realização de um exame escrito com ponderação de 100%. Qualquer classificação obtida em avaliação contínua, não será considerada na avaliação por exame final.

7.2. Teaching methodologies (including evaluation)

The learning objectives require a theoretical-practical teaching approach, using course material that is largely theoretical, and others where there should be a suitable combination of theoretical aspects with applications of a practical nature.

The students are encouraged to take part in discussing certain issues concerning financial reports and the impact of these on auditors' work.

Besides encouraging a good team spirit, the elaboration and presentations of group works help to develop communication with people and reinforce reasoning skills.

Continuous Evaluation:

1. First assessment test: 20%.
2. Group work with presentation: 30%.
3. Second assessment test: 50%, minimum of 7.

Final Exam

The evaluation by exam will be made through a written exam with a weight of 100%. Any classification obtained during continuous evaluation, will not be considered.

8. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da Unidade Curricular

8.1. Demonstração da coerência das metodologias

Aos profissionais de auditoria são exigidos conhecimentos profundos e atualizados, não apenas ao nível das normas de auditoria e da regulamentação acerca da profissão como, também, relativamente a outras matérias como contabilidade e relato financeiro, direito societário, fiscalidade, sistemas de informação, riscos empresariais, finanças e outras. Os auditores qualificados estão, aliás, obrigados a cumprir planos de formação anual, de modo que possam cumprir com os níveis de competência exigidos.

Os objetivos de aprendizagem definidos para a unidade curricular exigem que sejam proporcionados conhecimentos sólidos sobre as normas internacionais de auditoria e sobre os procedimentos a desenvolver pelos auditores, em cada circunstância, como forma de obter prova de auditoria apropriada e suficiente que suporte a sua opinião. Por outro lado, as questões e casos apresentados, permitem a discussão acerca dos procedimentos adotados pela empresa auditada e pelo auditor e apelam a que se relacionem com a auditoria matérias assimiladas em outras unidades curriculares. Também a execução de trabalhos em grupo cultiva o espírito de equipa que deve estar bem presente na atividade de auditoria, enquanto a sua apresentação e discussão em sala ajuda a comunicar em público e a defender posições assumidas.

A metodologia de ensino, ao assumir de forma vincada uma estrutura teórico-prática, é perfeitamente coerente com os objetivos da unidade curricular, o mesmo sucedendo com a metodologia de avaliação.

Convém ainda salientar que, de um ponto de vista do mestrado, a auditoria financeira faz parte de um conjunto, não podendo ser desligada de todas as outras unidades curriculares.

8.2. *Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes*

Auditing professionals are required to have thorough and up to date knowledge, not just of auditing standards and regulations of the profession but also on other issues such as accountancy and financial reports, corporate law, taxation, information systems, business and financial risks and others. Qualified auditors are, however, obliged to complete annual training plans in order to comply with the level of skills required.

The learning objectives defined for the course require a solid knowledge of international auditing standards and of the procedures that auditors should carry out, in each instance as a means of obtaining appropriate and adequate audit evidence that is sufficient for supporting their opinion. Furthermore, the issues and case studies presented enable discussion of the procedures adopted by the auditing company and by the auditor and require them to relate subjects they have learnt on other courses to auditing. Also, by requiring students to carry out group work they develop a team spirit which should be heavily present in auditing work, whilst class presentations and discussions helps them build people skills and to defend their opinions.

The teaching methodologies has a marked theoretical-practical structure, and is fully compliant with the course objectives, as is the assessment method.

It is worth noting that from the students' point of view, financial auditing is part of a number of subjects, it cannot be separated from other curricular units.

9. Bibliografia de consulta/existência obrigatória

BIBLIOGRAFIA BASE:

ALMEIDA, Bruno J.M., (2005). Auditoria e Sociedade ζ Diferenças de Expectativas, Publisher Team.

ALMEIDA, B., (2019). Manual de Auditoria Financeira ζ Uma análise integrada baseada no risco, Escolar Editora, 3ª edição.

ARENS, A.A., ELDER, R.J. e BEASLEY, M.S., (2020). Auditing and Assurance Services - An Integrated Approach, Pearson Education Limited, 17ª Edição.

BAPTISTA DA COSTA, Carlos, (2023). Auditoria Financeira - Teoria e Prática, Letras e Conceitos, Lisboa, 13ª Edição.

BAPTISTA DA COSTA, Carlos e ALVES, Gabriel C., (2011). Casos Práticos de Auditoria, Letras e Conceitos, Lisboa, 6ª Edição.

BOYNTON, William C., JOHNSON, Raymond N., KELL, Walter G., (2002). Auditoria, Editora Atlas.

COLLINGS, Steven, (2011). Interpretation and Application of International Standards on Auditing, John Wiley & Sons, Ltd.

COSSERAT, Graham W., RODDA, Neil, (2009). Modern Auditing, John Wiley & Sons, Ltd., 3ª Edição.

FLINT, D., (1988). Philosophy and Principles of Auditing: An Introduction, The Macmillan Press, Ltd.

GUY, Dan M., CARMICHAEL, Douglas R., WHITTINGTON, O. Ray, (1998). Practitioner's Guide to Audit Sampling, Wiley.

HAYES, Rick, DASSEN, Roger, SHILDER, Arnold, WALACE, Philip, (2005). Principles of Auditing: An Introduction to International Standards on Auditing, Prentice Hall, 2ª Edição.

IAASB, (2018). Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados, Edição 2018, Parte I, OROC.

IFAC, (2018). Guia de Aplicação das ISA, Conceitos Fundamentais e Orientação Prática , OROC.

Instituto Português de Corporate Governance, (2023). Código de Governo das Sociedades.

OROC: Código de Ética dos Revisores Oficiais de Contas

OROC: Guias de Aplicação Técnica

OROC: Regulamento Disciplinar

OROC: Regulamento do Controlo de Qualidade

O REILLY, Vincent, MCDONNELL, Patrick, WINOGRAD, Barry, GERSON, James, JAENICKE, Henry, Montgomery?s (1999). Auditing, Wiley.

PORTER, Brenda, SIMON, John, HATHERLY, David, (2014). Principles of External Auditing, John Wiley & Sons, Ltd., 4ª Edição.

LEGISLAÇÃO

Código das Sociedades Comerciais.

Código dos Valores Mobiliários.

Diretiva 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio de 2006, relativa à auditoria das contas anuais e consolidadas.

Diretiva 2014/56/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril que altera a Diretiva 2006/43/CE.

Lei nº 140/2015, de 7 de setembro, que aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Entra em vigor em 1/1/2016 e revoga o decreto-Lei 487/99, de 16 de novembro.

Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que aprova o regime jurídico da supervisão da auditoria.

Regulamento da CMVM 5/2008, Deveres de Informação.

Regulamento da CMVM 4/2013, Governo das Sociedades Cotadas. (Revoga o Regulamento 1/2010).

Regulamento (UE) 537/2014, do Parlamento europeu e do Conselho, de 16 de abril, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público.